

Pamela Peres Cabreira (Organização)

# História do Movimento Operário e Conflitos Sociais em Portugal

Congresso História do Trabalho, do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal





# HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO E CONFLITOS SOCIAIS EM PORTUGAL:

Atas do IV Congresso História do Trabalho, do  
Movimento Operário e dos Conflitos Sociais em  
Portugal e III Conferência do Observatório para  
as Condições de Trabalho e Vida

Pamela Peres Cabreira (Edição e Organização) &  
Raquel Varela (Coordenação)

Título: História do Movimento Operário e Conflitos Sociais em Portugal: Congresso História do Trabalho, do Movimento Operário

Autores/as: Alexandra de Carvalho Antunes / Ana Alcântara / Ana Aleixo / Ana Barradas / Ana Campos / António Martins Gomes / António Martins Gomes / Antonio Muñoz Sánchez / António Pedro Dorés / Antonio Thomaz Junior / Armando Quintas / Astrid Beacker Avila/ Cristina Gomes Baltazar / Denise De Sordi / Diego Pessoa Irineu França / Dora Fonseca / Duarte Rolo / Elísio Estanque / Hermes Augusto Costa / Ivan Ducatti / Jakykelly Renata França de Oliveira / Jamile Silva Silveira / João Pedro Reis / João Santana da Silva / Jonatas Roque Ribeiro / Jorge Filipe Figueiredo Fontes / Jorge Janeiro/ José Marques Guimarães / Juliana Nunes Pereira / Juliana Nunes Pereira / Laiany Lara Emiliano / Lucas Pacheco Campos / Luísa Freitas Rael da Rosa / Maria Clara de Almeida Leal / Maria de Fátima Ferreira Queiróz / Miguel Ángel Pérez Suárez / Moema Amélia Serpa Lopes de Souza / Nívea Maria Santos Souto Maior / Nuno Pinheiro / Nuno Simões Ferreira / Pamela Peres Cabreira / Patrícia Laura Torriglia / Paulina Araújo / Paulo Fernandes / Paulo Marques Alves / Pietro Basso / Raquel Varela / Sheyla Suely de Souza Silva / Sílvia Rodrigues Jardim / Susana Santos / Terezinha Martins dos Santos Souza / Thiago Pereira Barros / Vera Napomuceno / Vidalcir Ortigara / Virgínia Baptista

Revisão de texto: Cátia Teixeira

Assistente editorial: Pamela Peres Cabreira

Design gráfico original: Ricardo Naito

Imagem de capa: Arq. CD25A - UC. Col. Inst. Tecnologia Educativa

Organização e Paginação: Pamela Peres Cabreira

Coordenação de edição: Raquel Varela

© Instituto de História Contemporânea, 2020

Instituto de História Contemporânea

<https://ihc.fcsh.unl.pt/>

Av. de Berna, 26 C

1069-061 Lisboa

ISBN: 978-989-8956-20-0

DOI: <https://doi.org/10.34619/hjtn-wc04>

Edição: Outubro de 2020



Esta é uma obra em Acesso Aberto, disponibilizada online e licenciada segundo uma licença Creative Commons de Atribuição Não Comercial – Sem Derivações 4.0 Internacional (CC-BY-NC-ND 4.0).

Financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto: UID/HIS/04209/2019, UIDB/04209/2020 e UIDP/04209/2020.



# ÍNDICE

|                         |            |
|-------------------------|------------|
| <b>Introdução .....</b> | <b>111</b> |
|-------------------------|------------|

*Pamela Peres Cabreira*

*Denise De Sordi*

|                      |           |
|----------------------|-----------|
| <b>Prefácio.....</b> | <b>15</b> |
|----------------------|-----------|

*Paulo Marques Alves*

*Raquel Varela*

## PARTE 1

### **ATAS DO III CONGRESSO HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM PORTUGAL**

---

*4 e 5 de maio de 2017, Lisboa*

|                                                                                                 |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Capítulo 1: Associações de classe e operariado na Lisboa<br/>do final do século XIX.....</b> | <b>23</b> |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|

*Ana Alcântara*

|                                                                                                                                                                                                  |           |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Capítulo 2: Contributos para a história do sindicalismo: sindicato dos<br/>trabalhadores da construção, mármore, madeiras e materiais de<br/>construção do sul - Delegação de Évora .....</b> | <b>49</b> |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|

*Armando Quintas, Jorge Janeiro, Paulina Araújo*

|                                                                                                            |           |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Capítulo 3: Reconstruindo o(s) discurso(s) sobre poder(es) sindicais:<br/>contributos teóricos.....</b> | <b>59</b> |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|

*Hermes Augusto Costa, Elísio Estanque, Dora Fonseca*

|                                                                                                        |           |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Capítulo 4: Greves e movimentos operários na fotografia do início do século XX- 1907/1926 .....</b> | <b>73</b> |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|

*Nuno Pinheiro*

|                                                                                                                                                             |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Capítulo 5: Contributo nativista para a emancipação nacional de Cabo Verde entre finais do século XIX e meados do século XX: alcance e limites .....</b> | <b>91</b> |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|

*José Marques Guimarães*

|                                                                                                                 |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Capítulo 6: A sub-representação das mulheres no movimento sindical: o caso dos sindicatos da saúde .....</b> | <b>115</b> |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|

*Paulo Marques Alves*

|                                                                                                                                                            |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Capítulo 7: A solução corporativa preconizada pela Liga Nacional 28 de Maio e pelo nacional-sindicalismo face ao mundo do trabalho nos anos 30.....</b> | <b>137</b> |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|

*Nuno Simões Ferreira*

|                                                                                                      |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Capítulo 8: A operária submissa e a ilha distópica em <i>Os Famintos</i>, de João Grave .....</b> | <b>155</b> |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|

*António Martins Gomes*

|                                                                                                      |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Capítulo 9: La socialdemocracia alemana y la creación de la Unión Geral de Trabajadores .....</b> | <b>175</b> |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|

*Antonio Muñoz Sánchez*

|                                                                                       |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Capítulo 10: A autogestão no processo revolucionário português de 1974-75.....</b> | <b>201</b> |
|---------------------------------------------------------------------------------------|------------|

*Miguel Ángel Pérez Suárez*

|                                                               |            |
|---------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Capítulo 11: Um pacto de la Mançloa em Portugal? .....</b> | <b>225</b> |
|---------------------------------------------------------------|------------|

*Jorge Filipe Figueiredo Fontes*

|                                                                                                                         |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Capítulo 12: Educação e conhecimento: uma necessária e urgente reivindicação ontológica a partir de Lukács .....</b> | <b>233</b> |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|

*Vidalcir Ortigara; Patrícia Laura Torriglia e Astrid Baecker Avila*

## PARTE 2

### ATAS DO IV CONGRESSO DE HISTÓRIA DO TRABALHO, DO MOVIMENTO OPERÁRIO E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM PORTUGAL & III CONFERÊNCIA DO OBSERVATÓRIO PARA AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E VIDA

---

*15 e 16 de novembro de 2019, Lisboa.*

#### **Capítulo 1: Trabalho precário: uma estratégia de organização social .....257**

*Luísa Freitas Rael da Rosa*

#### **Capítulo 2: A precariedade laboral dos jovens em Portugal.....271**

*Maria Clara de Almeida Leal*

#### **Capítulo 3: Precariedade e subordinação: o caso da nova geração de advogados.....285**

*António Pedro Dóres*

#### **Capítulo 4: Reflexões em torno da profissão de advogado e dos ideais de profissionalismo .....301**

*Susana Santos*

#### **Capítulo 5: Sobre a questão social do trabalho.....319**

*Duarte Rolo*

#### **Capítulo 6: A Companhia de Fabrico de Algodões de Xabregas, em Lisboa, e a melhoria das condições da vida operária na segunda metade do século XIX .....329**

*Alexandra de Carvalho Antunes*

#### **Capítulo 7: A *Cartilha do Operário* de Alberto Monsaraz e a solução integralista para o mundo do capital e do trabalho no ano de 1919.....347**

*Nuno Simões Ferreira*

#### **Capítulo 8: «Para luta é preciso ser instruído». A ideologia e o movimento operário na Universidade Popular de Setúbal - 1.ª República e o advento do Estado Novo .....361**

*Ana Campos*

|                                                                                                                      |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Capítulo 9: Oob o fumo das chaminés: o grupo desportivo «Os Fósforos» e o futebol de fábrica (1920-1946).....</b> | <b>371</b> |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|

*João Santana da Silva*

|                                                                                                             |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Capítulo 10: Os movimentos de classe no decorrer da Primeira Grande Guerra no distrito do Porto.....</b> | <b>401</b> |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|

*José Pedro Reis*

|                                                                                                   |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Capítulo 12: Ferreira de Castro: a lã, a covilhã e a política laboral do Estado Novo .....</b> | <b>413</b> |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|

*António Martins Gomes*

|                                                                                                                   |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Capítulo 12: A eugenia durante o Estado Novo: seus pressupostos e a construção do racismo em Portugal.....</b> | <b>431</b> |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|

*Ivan Ducatti*

|                                                                                   |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Capítulo 13: As relações laborais: novos e/ou velhos desafios sindicais ..</b> | <b>447</b> |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------|

*Paulo Fernandes*

|                                                                                                                 |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Capítulo 14: Porque estão os sindicatos em crise. Seguido de algumas considerações para dela saírem.....</b> | <b>469</b> |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|

*Paulo Marques Alves*

|                                                                               |            |
|-------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Capítulo 15: Fases da concertação social em Portugal no século XX.....</b> | <b>493</b> |
|-------------------------------------------------------------------------------|------------|

*Jorge Filipe Figueiredo Fontes*

|                                                                                                                                   |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Capítulo 16: As mulheres de Xabregas: trabalho, quotidiano e ativismo (do fim do século XIX aos anos 40 do século XX).....</b> | <b>501</b> |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|

*Virgínia Baptista e Paulo Marques Alves*

|                                                                                                                           |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Capítulo 17: Trabalho como resistência: luta operária de mulheres durante o período revolucionário português .....</b> | <b>517</b> |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|

*Pamela Peres Cabreira*

|                                                                                           |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Capítulo 18: O corpo da mulher é a última fronteira de conquista do capital? .....</b> | <b>527</b> |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|------------|

*Jacykelly Renata França de Oliveira e Juliana Nunes Pereira*

|                                                                                                  |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Capítulo 19: Emoções e capital: o trabalho das mulheres na reestruturação produtiva .....</b> | <b>543</b> |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|

*Terezinha Martins dos Santos Souza*

|                                                                                      |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Capítulo 20: Depressão e trabalho: continuidade e ruptura de laço social.....</b> | <b>559</b> |
|--------------------------------------------------------------------------------------|------------|

*Sílvia Rodrigues Jardim*

|                                                               |            |
|---------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Capítulo 21: Doença cardio-vascular no século XXI.....</b> | <b>575</b> |
|---------------------------------------------------------------|------------|

*Ana Aleixo*

|                                                                                                                                             |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Capítulo 22: Nas dobras da eficiência: a relação entre o trabalho e a saúde de docentes de uma universidade pública brasileira .....</b> | <b>581</b> |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|

*Laiany Lara Emiliano e Maria de Fátima Ferreira Queiróz*

|                                                                                                                            |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Capítulo 23: Outros sujeitos: trabalhadores e associativismo negro nos mundos do trabalho (Brasil, século XIX).....</b> | <b>601</b> |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|

*Jonatas Roque Ribeiro*

|                                                                                                                                                                                           |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Capítulo 24: A luta dos trabalhadores negros pela sua emancipação: da herança da escravatura à conquista da cidadania: Brasil, Estados Unidos e Cabo Verde (séculos XIX-XXI) .....</b> | <b>619</b> |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|

*José Marques Guimarães*

|                                                                                                                               |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Capítulo 25: Prevenir antes que desabe! a participação da comunidade do Butantã no Núcleo de Defesa Civil – NUDEC.....</b> | <b>637</b> |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|

*Cristina Gomes Baltazar*

|                                                                                                                                                            |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Capítulo 26: Trabalhadores, conflitos e sociabilidades: a Companhia Hidroelétrica do São Francisco, em Paulo Afonso (Bahia, Brasil, 1945-1983).....</b> | <b>655</b> |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|

*Jamile Silva Silveira*

|                                                           |            |
|-----------------------------------------------------------|------------|
| <b>Capítulo 27: Sindicalismo e o combate ao AMT .....</b> | <b>671</b> |
|-----------------------------------------------------------|------------|

*Terezinha Martins dos Santos Souza*

|                                                                                                                           |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Capítulo 28: Reflexões sobre a (re)configuração do trabalho docente no Brasil e em Portugal na era neoliberal.....</b> | <b>687</b> |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|

*Vera Napomuceno e Lucas Pacheco Campos*

**Capítulo 29: A ofensiva ultraneoliberal e a destruição dos direitos do trabalho no Brasil «pós-neodesenvolvimentista» ..... 703**

*Sheyla Suely de Souza Silva, Moema Amélia Serpa Lopes de Souza,  
Juliana Nunes Pereira, Nívea Maria Santos Souto Maior*

**Capítulo 30: A geograficidade da exploração: efeitos na saúde do trabalhador(a) da fruticultura mundializada no nordeste brasileiro ..... 719**

*Diego Pessoa Irineu de França, Antonio Thomaz Junior*

**Capítulo 31: O setor portuário brasileiro: a expansão territorial do capital e os reflexos para os trabalhadores ..... 737**

*Thiago Pereira Barros*

**Capítulo 32: Motoristas em greve, impasse apenas adiado ..... 759**

*Ana Barradas*

**Capítulo 33: Modern times, ancient hours ..... 767**

*Pietro Basso*

## INTRODUÇÃO

A conjuntura socioeconômica global atual requer de nós, investigadores/as das ciências humanas e, sobretudo da História, especial atenção sobre as condições da sociedade em suas diversas faces: no trabalho, cultura, educação, hábitos, relações interpessoais, política, economia. A relação destes fatores é essencial na prática reguladora de historiadores/as que se preocupam em compreender e encarar a história social como fundamento na compreensão da contemporaneidade e, sobretudo, das relações provenientes do trabalho.

Este livro corrobora os objetivos do Grupo de História Global do Trabalho e dos Conflitos Sociais, vinculado ao Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, buscando debater e divulgar resultados de pesquisa que contemplam transdisciplinarmente temas caros à compreensão do mundo contemporâneo. Fundado em 2011 no IHC, o Grupo acolhe investigadores de universidades e unidades de investigação nacionais e internacionais que estudam o movimento operário, os movimentos sociais, as greves e os conflitos sociais no período contemporâneo.

O Grupo tem por unidade pesquisas que se ocupam sobre as organizações políticas e sindicais, fincadas em metodologia que considere o acúmulo de produções sobre o movimento operário e os movimentos sociais. O Grupo hoje é o principal pólo de renovação dos estudos do trabalho, organizando os principais eventos de história do trabalho e do movimento operário em Portugal, incluindo o único congresso nacional de história do movimento operário no país.

Os capítulos deste livro são frutos dos dois últimos Congressos organizados pelo Grupo, o III Congresso História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, em maio de 2017 e o IV CHMOMSP & III Conferência do Observatório para as Condições de Trabalho e Vida, realizado por nós em parceria com o DINÂMIA'CET-IUL no mês de Novembro de 2019.

A disseminação e participação nestes eventos demonstra a importância do tema e necessidade de expandir espaço para estes debates. O III Congresso contou com 50 investigadores distribuídos em 11 painéis. Já o IV Congresso teve ampla difusão, contando com 65 comunicações organizadas em 16 mesas com temáticas distintas e a participação de investigadores de diferentes nacionalidades. Importante ressaltar a gratuidade do Congresso, tanto para participantes ouvintes como para comunicadores e o aumento tanto da quantidade das comunicações quanto da qualidade das intervenções e do público envolvido.

Neste livro, convidamos o leitor a transitar pelas questões açambarcadas pela suposta falência da organização humana e social em torno das relações de trabalho, das ideologias, do sindicalismo e/ou da militância organizada. A partir dos capítulos aqui apresentados com base em pesquisas desenvolvidas a partir de diferentes dimensões da experiência social, o leitor verá que estas transformações organizativas se encontram ativas e em transformação.

Os artigos compõem diversas faces temáticas que são representativas não só do trabalho no interior do Grupo ao longo destes anos, mas também, contribuições para que repensemos as profundas mudanças e oscilações pelas quais o mundo do trabalho passou e continua a passar. Portanto, reivindicado por muitos como o principal cenário de lutas sociopolíticas, mas também de organização e luta pelos/as trabalhadores/as.

Os capítulos encontram-se distribuídos em duas partes, sendo a primeira com as contribuições do III Congresso (2017) e a segunda parte com artigos submetidos e temas apresentados na IV e última edição do evento (2019). Os capítulos, articulados de forma dinâmica, buscam traçar conjuntos temáticos desde o sindicalismo e grupos mutualistas de finais do século XIX e início do XX; organizações trabalhistas; trabalho, cultura e literatura; instituições e Estado Novo; Revolução e operariado; história das mulheres no trabalho; precariedade laboral; saúde nas

condições trabalhistas; resistências; trabalho escravo e reflexões teóricas sobre a condição e mundo do trabalho «hoje». A correspondência entre esta variável temática é o que nos impulsiona a divulgar e a ressaltar a importância deste foco analítico nas ciências sociais, em contribuição direta com as condições materiais de vida e as possibilidades de luta e organização dos/as trabalhadores/as.

Esperamos contribuir para que os «Trabalhadores(as) do Mundo» sejam pensados, interpretados e incluídos nas dinâmicas de investigação, a partir de uma ótica não eurocêntrica, tampouco nacionalista de se compreender e relacionar as perspectivas do campo do trabalho. Espera-se, sobretudo, a criação de relações em exercício contínuo entre a pequena e grande escala de observação e compreensão desta faceta que retroalimenta a forma organizativa experienciada por nós.

Pamela Peres Cabreira

Denise De Sordi

## CAPÍTULO 6

### A COMPANHIA DE FABRICO DE ALGODÕES DE XABREGAS, EM LISBOA, E A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DA VIDA OPERÁRIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Alexandra de Carvalho Antunes<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Universidade de Lisboa (Artis). E-mail: [aca.heritage@gmail.com](mailto:aca.heritage@gmail.com)

## **Resumo**

A Companhia de Fabrico de Algodões de Xabregas foi fundada, em 1858, por industriais ingleses, seguindo o modelo das unidades congêneres de Manchester. Em 1862 a fábrica tinha três pisos, máquina de vapor de 30 cavalos, teares e engenhos de fiação com 4600 fusos de fiar e 1000 fusos de torcer. Procurando formar futuros operários, em 1862 foi criado um internato que admitia «menores vadios» como aprendizes. Em complemento existia «uma aula nocturna de instrução primária». Em 1881 a companhia possuía três prédios, sendo a habitação reservada aos mestres da fábrica. Em 1890 os operários eram mais de 500, muitos ocupavam a Vila Flamiano – os novos edifícios de habitação inaugurados em 1888. Este artigo visa apresentar e discutir, a partir deste caso de estudo, os mecanismos e o papel dos capitalistas/ industriais no desenvolvimento das condições de vida da comunidade operária têxtil da segunda metade do século XIX.

## **Palavras-chave**

Operários têxteis, industrialização, paternalismo patronal.

## **1. FUNDAÇÃO E FUNDADORES DA FÁBRICA DE ALGODÕES DE XABREGAS**

A Companhia de Fabrico de Algodões de Xabregas foi criada como sociedade anónima, em 1858, e manteve a sua designação formal até ser vendida na década de 1930. Foi conhecida também por «Fábrica de Fiação de Xabregas» ou «Fábrica de Fiação e Tecidos de Xabregas», «Fábrica da Samaritana», por ter sido implantada perto da fonte da Samaritana, e «Fábrica do Black» ou «Fábrica de Fiação do Black» em referência a Alexandre Black, um dos seus fundadores.

A inauguração do caminho de ferro, em 1856, foi um fator animador da industrialização. A via férrea marcou a paisagem de Xabregas e vinhou a escala industrial da paisagem. Na Xabregas industrial, desde 1854 laborava a Fábrica de Fiação convertida, em 1858, pelo mesmo grupo de industriais ingleses, em Companhia de Fabrico de Algodões de Xabregas. Deste modo, o local de implantação

da companhia têxtil passou a ser contíguo à linha de comboio (Figura 1).

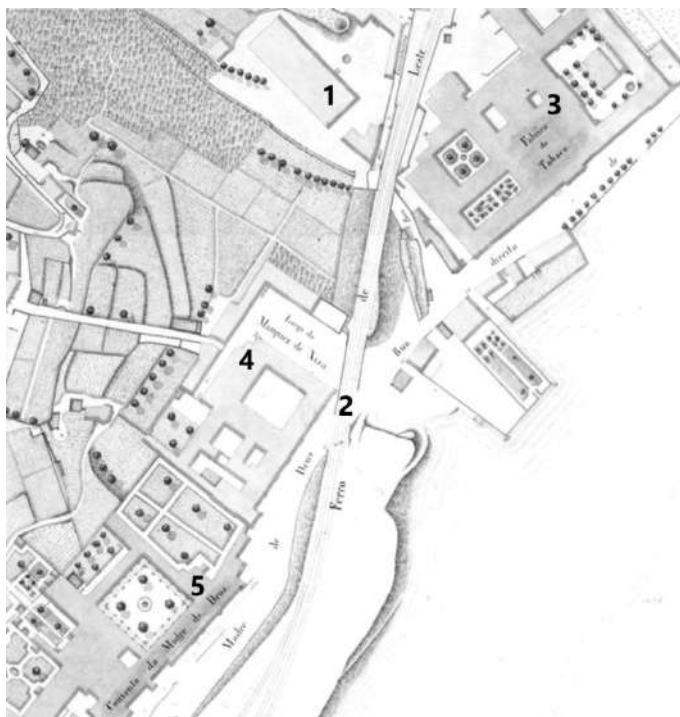


Figura 1. Localização da fábrica da Companhia de Fabrico de Algodões de Xabregas (1), da linha de caminho de ferro de leste (2), da Fábrica do Tabaco (no antigo convento de Santa Maria de Jesus de Xabregas) (3), do largo do marquês de Nisa (4) e do convento da Madre de Deus (5), em cartografia de 1858. [pormenor da *folha 23 do Levantamento topográfico da Cidade de Lisboa*, realizado em 1856/1858, sob direção de Filipe Folque].

A Companhia de Fabrico de Algodões de Xabregas uniu, na sua génese, três investidores ingleses que seguiram os modelos das fábricas de produção de tecidos de algodão de Manchester. A *Relação dos Accionistas* fundadores (Figura 2), datada de 12 de agosto de 1857,

explicita que foi criada por: (i) João Scott Howorth<sup>2</sup>, morador na rua do Sacramento à Lapa; (ii) Guilherme João Howorth (representado pelo anterior), residente na rua Bela da Rainha (depois renomeada rua da Prata, na Baixa de Lisboa); e (iii) Alexandre Black, que então tinha como morada o seu local de trabalho, o n.º 1 da rua de Santa Apolónia. Conforme o *Jornal do Comércio* publicou em dezembro de 1859, A. Black preparava-se para abandonar o cargo de «engenheiro chefe» das «oficinas de reparação de máquinas, na Cruz da Pedra, e de fundição em Xabregas», pertencentes ao «caminho-de-ferro de Leste». Este técnico era o terceiro acionista fundador da fábrica têxtil de Xabregas.

| Nome                       | Morada                           | Número de Accões |
|----------------------------|----------------------------------|------------------|
| João Scott Howorth         | Rua do Sacramento da Lapa N.º 10 | 337              |
| pro Guilherme João Howorth | Rua Bella da Rainha N.º 237      |                  |
| João Scott Howorth         | 2.º Andar                        | 338              |
| Alex. Black                | Rua da Santa Apolónia N.º 1      | 75               |
| Total                      |                                  | 750              |

Lisboa 12 de Agosto de 1857

Figura 2. Relação dos fundadores da Companhia de Fabrico de Algodões de Xabregas, de 12 de agosto de 1857. [AHBMOP, *Direcção-Geral do Comércio e Indústria*, *Sociedades anónimas*, Companhia de Fabrico de Algodões de Xabregas].

<sup>2</sup> John Scott Howorth (1829-1893), nome depois aportuguesado quando casou com uma senhora portuguesa. O capitalista e industrial J. C. Howorth adquirira a Fábrica de Loíça de Sacavém, em 1861-1863, modernizando-a. Foi agraciado por D. Luís I, em 16.7.1885, com o título de barão de Howorth de Sacavém. O mesmo monarca atribui à fábrica loiças a designação de *Real Fábrica de Loíça de Sacavém*.

À data de fundação da sociedade anónima, no verão de 1857, do total de 750 ações ao portador, de 200 réis cada, cabiam a J. Scott Howorth 337, a Guilherme J. Howorth 338 e a Alexandre Black 75 ações; perfazendo assim o capital de 150 contos de réis, conforme os estatutos. A companhia tinha «por fim» as atividades de «fiação, tecelagem, tinturaria e calandragem de algodões, e todos os mais produtos que tenham imediata relação com esta empresa»<sup>3</sup>.

## 2. OS PRIMEIROS ANOS DE LABORAÇÃO, DESAFIOS CONSTANTES

Conforme estabeleciam os estatutos (art. 3.º), a companhia duplicou o capital social, logo depois da sua criação. Era mais uma forma de lutar contra «embaraços e contrariedades próprias de tais tentativas num país atrasado na indústria fabril». Os principais investidores, tidos como «pessoas que já com bom êxito e inteligência se dedicavam» às indústrias, foram Anjos & C.<sup>4</sup>, José Elias de Miranda, Joaquim José Fernandes e José Ribeiro da Cunha<sup>5</sup>. Eram estes os principais sócios da fábrica de estamparia de Alcântara sob a firma Anjos, Cunha, Miranda & C.<sup>a</sup>, fundada escassos anos antes.

Em 1858, o primeiro ano enquanto sociedade anónima, ficaram como diretores: António Ferreira Lima (primo e conterrâneo de Flamiano Anjos e seus irmãos<sup>6</sup>), Alexandre Black e Joaquim Moreira Marques<sup>7</sup>. O balanço de 1858 revela dois credores, que se iriam repetir

---

<sup>3</sup> *Estatutos da Companhia de Fabrico de Algodões de Xabregas*, Lisboa, Imprensa União-Typographica, 1857.

<sup>4</sup> Com Flamiano Anjos (1816-1886) à cabeça. Sobre esta família e as suas atividades veja-se: Alexandra de Carvalho Antunes, *A Família Anjos. Modelo de Ascensão Social e Económica no Século XIX* (Oeiras: Mazu Press, 2019 (2.ª ed.)).

<sup>5</sup> *Archivo Pittoresco. Semanario Ilustrado*, Castro Irmãos & C.<sup>a</sup>, vol. V, 1862, p. 44.

<sup>6</sup> E, tal como seus irmãos Teodoro e Manuel Ferreira Lima (este casado com Ludovina, irmã dos Anjos) todos nascidos na aldeia do Cabeçudo no concelho da Sertã.

<sup>7</sup> Que viria a representar quer esta companhia quer a Fábrica de Anjos, Cunha, Ferreira & C.<sup>a</sup>, de estamparia, em Alcântara, no inquérito directo do *Inquérito Industrial de 1881*.

nos anos seguintes, os fornecedores: Leech Harrison & Forwood, de Liverpool, e Samuel (abreviado para «Sam.») Mendel<sup>8</sup>, de Manchester.

Em 1862, a fábrica tinha três pisos (Figura 3). No piso térreo estava «a máquina de vapor de força de 30 cavalos», no «sistema de William Fairbairn & Sons», e nos dois acima os «teares e engenhos de fiação com 4600 fusos de fiar e bancas para linha com 1000 fusos de torcer». As instalações incluíam oficinas de tinturaria, «calandra de lustrar e um gasómetro que fornece gás para toda a fábrica»<sup>9</sup>. Diariamente ali trabalhavam, 12 horas por dia interrompidas para duas refeições, 140 a 150 operários. Destes, dois terços eram «rapazes e raparigas». Eram os anos da crise algodoeira, pelo que os salários não excederiam 260 a 340 réis para os adultos, e 60 a 140 réis para os menores. Não erraremos ao afirmar que os valores inferiores de cada um dos intervalos eram os salários das representantes do sexo feminino. Era a regra.

---

8 Conforme a *Manchester Commercial List. 1869-1870, Third and Fourth Years*, by Estell & Co., London, 1869, p. 13, 127: Samuel Mendel (1814-1884) estabeleceu-se como negociante («merchant») em 1840. Em 1870 tinha como morada comercial o n.º 130 da Portland street, em Manchester e era um dos directores da companhia de seguros, fundada em 1860, Thames and Mersey Marine Insurance Company Limited. Esta seguradora tinha, para além da delegação em Manchester, outras duas: uma em Londres e outra em Liverpool. Por exemplo em *Effie: The Passionate Lives of Effie Gray, John Ruskin and John Everett Millais* (Suzanne Fagence Cooper, ed. St. Martin's Press, New York, 2011) é referida a vida faustosa e as ligações à melhor sociedade de Samuel Mendel. Ao seu tempo, era habitualmente apelidado de “Manchester's greatest 'merchant prince'”, o maior príncipe negociante de Manchester (veja-se, por exemplo, Barry Worthington, *Discovering Manchester. A walking guide to Manchester and Salford – plus suburban strolls and visits to surrounding attractions* (Cheshire: Sigma Leisure, 2002, p. 127)).

9 *Archivo Pittoresco. Semanario Ilustrado*, Castro Irmãos & C.<sup>a</sup>, vol. V, 1862, p. 44-45.

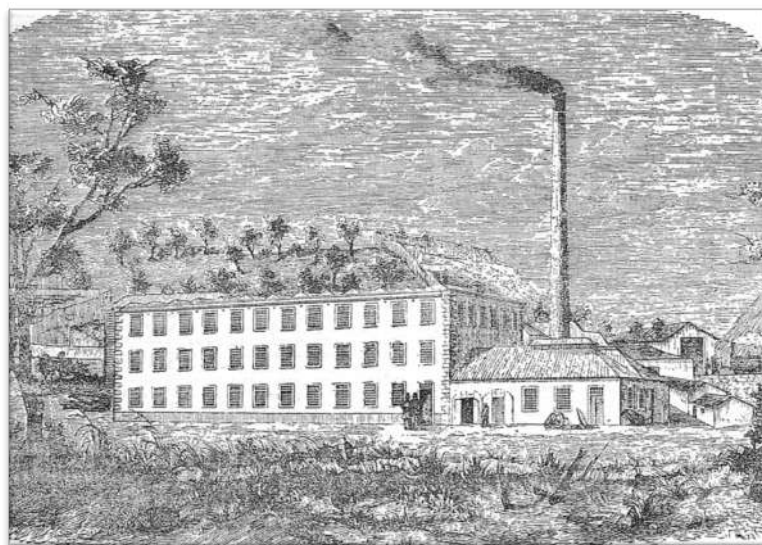


Figura 3. Gravura da Companhia de Fabrico de Algodões de Xabregas, publicada em 1862. [Archivo Pittoresco, Castro Irmãos & C.<sup>a</sup>, vol. V, 1862, p. 45.]

Os resultados dos primeiros anos foram bastante animadores. O dividendo do primeiro ano (1858) foi de 5%, no ano seguinte 6%, em 1860 8% e em 1861 de 10%. Em 1858 foram produzidos 137 mil arráteis de fio, em 1860 210 mil e em 1861 243 mil arráteis de fio de algodão. Apesar destes resultados muito havia a fazer para se encontrar uma unidade industrial tecnológica e socialmente desenvolvida.

### 3. O FIM DA CRISE ALGODOEIRA E O INTERNATO PARA MENORES

Conforme o *Relatório de Actividades* do ano de 1865, Flamiano Anjos era, então, o primeiro diretor substituto. Quando a 1 de agosto desse ano morreu António Ferreira Lima (seu primo e diretor na companhia), Flamiano estava fora do país. Logo que regressou, assumiu a sua efetividade como diretor<sup>10</sup>. Desde então até ao seu falecimento, em fevereiro de 1886, manteve-se continuamente em funções. Estavam lançadas as bases para o projeto de cariz social, o internato para menores

<sup>10</sup> *O Jornal do Porto*, ano 8, n.º 34, 13.2.1866, p. 1.

– criado por Flamiano, ainda em 1865, e extinto com o incêndio de 1877  
 – e para a atribuição do nome «Vila Flamiano» ao conjunto das habitações para operários, inauguradas logo depois da sua morte.

O relatório de 1865 dá conta da «grande baixa» na procura de «fazendas de algodão», sentida no primeiro trimestre, e do enfoque na tecelagem de algodões crus, tendo ocupado os (poucos) teares durante todo o ano para a produção de 4735 peças. Foi decidido não aumentar o número de teares. A unidade de tinturaria manteve produção regular, segundo o mesmo relatório. Ficaram, nesse ano, concluídas as obras no edifício de habitação junto à fábrica, com quartos para os operários. Todos os quartos, «em condições higiénicas e económicas», estavam alugados.

No ano em que findou a guerra civil americana, com o conhecido impacto no fornecimento da matéria algodoeira (crise de 1861-1865), foi decidida a criação de um internato para menores. A direção da companhia de Xabregas «ofereceu-se», ao Governo Civil de Lisboa, para «admitir na fábrica menores vadios, dando-lhes casa, comida e vestuário». Assim se recrutaram os primeiros 14 menores, «roubados à ociosidade e aos vícios que a acompanham, com esperança de poderem mais tarde vir a ser bons operários e homens prestáveis»<sup>11</sup>. Um dos objetivos era preparar uma geração de operários, classe cujo défice em profissionais qualificados era um dos conhecidos entraves à efetiva industrialização.

O internato chegou a ter 80 rapazes e 30 raparigas e funcionou entre 1865 e 1877 – quando um grande incêndio destruiu por completo todas as instalações da fábrica. Em complemento, havia sido criada «uma aula nocturna de instrução primária».

Flamiano acabou por ver gorados os seus propósitos, sendo até posto em causa o real interesse na formação dos menores. E por quem? Pelos pais dos próprios menores. Veja-se o esclarecimento dos diretores da fábrica, ao inquérito direto do *Inquérito Industrial de 1881* que publicou, inclusivamente, a lista de internos e o apuramento das contas individuais.

As regras do internato eram conhecidas: os menores, sem idade discriminada, eram enviados pelo governador civil de Lisboa com a condição de permanecerem dois anos na fábrica; era aberta uma conta corrente com o menor/aprendiz, «fornecendo a empresa vestuário e

---

<sup>11</sup> *O Jornal do Porto*, ano 8, n.º 34, 13.2.1866, p. 1-2.

comida», e creditava-se pelo «jornal» (o ordenado). O menor aprendia uma profissão e, se não faltasse às suas obrigações laborais, acumulava uma poupança. Não foi fácil persuadir os pais da relevância deste sistema. Vejamos: quando eram publicadas as contas e havia «saldo a favor do aprendiz antes de dois anos», logo «os pais e as mães viam (...) que eram credores da empresa, e apresentavam-se a ela, para que lhes restituíssem os filhos e o saldo».

O representante da Companhia de Fabrico de Algodões de Xabregas lamenta, nas suas respostas ao *Inquérito de 1881*, a ausência de «bons sentimentos» dos pais. O mesmo relata que diversas vezes, algum tempo depois da «entrega dos menores», estes voltaram à fábrica «quando os pais já haviam gasto as suas pequenas economias, solicitando a readmissão num completo estado de miséria, que seria repugnante descrever»<sup>12</sup>. Será este um bom retrato da classe operária (e da sociedade portuguesa) dessa época?

Os rapazes e raparigas do internato para menores foram lembrados no testamento de Flamiano, registado em 1875, dois anos antes do incêndio que destruiu todas as instalações. Recomendou a atribuição, pelos dez anos seguintes ao da sua morte, do «valor de quarenta e cinco réis, em fazenda de algodão própria para os seus vestuários», a cada um, com a obrigação de estes ouvirem uma missa por alma da falecida esposa de Flamiano. Com o incêndio findaram o internato e a «aula nocturna» que, embora fosse muito «útil», dava «grande trabalho e incómodo à administração da fábrica, sem compensação equivalente»<sup>13</sup>.

#### 4. EXPOSIÇÕES INTERNACIONAIS, RENOVAÇÃO TECNOLÓGICA E PROGRESSOS NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Pouco depois de Flamiano assumir a direcção da fábrica – tendo como codiretores Joaquim Moreira Marques e Alexandre Black –, foi inaugurada (a 15 de Setembro de 1865) a Exposição Industrial

---

<sup>12</sup> Comissão Central Directora do Inquérito Industrial, *Inquérito Industrial de 1881. Inquérito Directo, segunda parte, livro primeiro. Visita às fábricas do Districto Administrativo de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, p. 117-129.

<sup>13</sup> Idem, *ibidem*.

Internacional no Porto. Na classe «algodão em fio e tecidos» da região de Lisboa (classe 21), encontramos a Fábrica de Algodão de Xabregas. Os produtos apresentados foram: «algodão em fio, em peças e paninhos tintos de diversas cores para forros»<sup>14</sup>. Dois anos depois os artigos da companhia de Xabregas voltaram a ser expostos. Da Exposição Universal de Paris de 1867, os «filés et tissus» trouxeram menção honrosa<sup>15</sup>.

A história da fábrica estava prestes a ter inscrito o capítulo negro, da total destruição, quando os seus produtos viajaram além-Atlântico para a Exposição Internacional de Filadélfia de 1876. Foi uma nova oportunidade de mecanização. Entretanto já tinha acumulado quatro prémios: no Porto em 1863, em Lisboa em 1863, no Porto em 1865 e em Viena em 1873.

Cotejemos os dados de 1876 com os de 1881. Os artigos produzidos em 1876 eram «forros tingidos, algodão cru e fios de algodão» e cinco anos depois «fio de algodão de n.ºs 4 até 20, algodões crus, sarjados, guardanapos e toalhetes, paninhos lustrados para forros».

O número de operários foi reduzido de 293 para 191: os homens passaram de 55 para 33 e os menores de 90 para 51. A maioria da massa trabalhadora era a feminina adulta, de ordenado inferior ao dos homens, que em 1876 era de 48 e cinco anos depois passou para 107 operárias. A fábrica apostava, agora na «tecelagem em grande escala».

Tenhamos em conta que a mecanização permitiu aumentar exponencialmente a produção. Adicionalmente, a vaga migratória masculina para o Brasil propiciou o incremento do operariado feminino e infantil. Aos homens reservava-se muitas vezes a supervisão do trabalho das mulheres e dos menores e a manutenção dos equipamentos. Afinal, o acréscimo de operárias mulheres não era, propriamente, um progresso na justiça social<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> *Catálogo Oficial da Exposição Internacional do Porto de 1865*, Tipografia do Comércio, 1865.

<sup>15</sup> *Exposition Universelle de 1867 à Paris. Catalogue Officiel des Exposants Récompensés par le Jury International*, 1er tirage, Paris, E. Dentu, Librairie-Éditeur de la Commission Impériale, 1867.

<sup>16</sup> Este modelo de gestão dos recursos humanos é comum na maior indústria portuguesa de então: a algodoeira. No Vale do Ave foi-se «multiplicando»: «Este padrão da estrutura fabril, em tudo semelhante aos que se conhecem para as indústrias têxteis oitocentistas de outros países, vai mais tarde multiplicar-se pelas várias fábricas do Vale do Ave. Ganharão relevo características como a natureza extensiva da mão-de-obra, os baixos salários e as

Se em 1862 a jornada de trabalho era de doze horas, em 1881 havia sido reduzida para dez horas e meia. Os ordenados sofreram relativo aumento, de 1876 para 1881, com esta expressão: os homens, passaram de 220 a 600 réis para 360 a 750 réis, as mulheres de 150 a 300 réis para 160 a 300 réis; os menores de 80 a 140 réis para, os rapazes, de 100 a 160 réis, e as raparigas de 100 a 140 réis.

Em 1881 a companhia de Xabregas estava integralmente equipada com o topo da tecnologia inglesa e tinha em uso dos mais modernos modos de fabrico. Segundo os diretores Joaquim Moreira Marques e Teodoro Ferreira Lima, trabalhava com «três caldeiras de vapor e uma máquina motora da força de 50 cavalos». Dispunha de oficinas de cardação, fiação, goma, tecelagem e tinturaria. Na oficina de fiação tinha «cinco engenhos de fiar a trama» com 2560 fusos, «dez bancas de fiar» com 2440 fusos, uma encartadeira com 160 fusos, uma caneleira com 40 fusos, entre outros recursos. Na oficina de tecelagem, dispunha de 128 «teares mecânicos de sistema inglês» e três «teares de repassar», e na oficina de tinturaria três prensas hidráulicas, «sendo uma de grande força» e, entre muito outro equipamento de «procedência inglesa», um calandro de fricção.

Com a abolição da «aula nocturna de instrução primária», que existira antes do incêndio de 1877, no ano de 1881 era concedido o período de duas horas por dia, aos menores que o pedissem, para a frequência da escola no exterior. Poucos se revelavam interessados nesse esforço suplementar, embora, por regra, quando chegavam à fábrica, os menores não soubessem ler nem escrever. Do total de operários da fábrica 90% dos homens era analfabeto e a percentagem de mulheres nas mesmas circunstâncias era ainda maior. Nas proximidades não existiam «escolas de instrução primária e especial para adultos, nem aulas de desenho ou cursos profissionais».

Vejam-se as condicionantes de vida dos operários e as limitações impostas aos empresários. A fábrica tinha constantes dificuldades em encontrar «operários habilitados», sendo ingleses os mestres das oficinas de tinturaria e de tecelagem. Havia, isso sim, «um movimento de operários flutuantes que aparecem e desaparecem em épocas

---

consequentes feminização e juvenilização do operariado, com os homens adultos a exercerem essencialmente funções de vigilância, de manutenção dos maquinismos e de serviços de apoio» [Jorge FernandesAlves, «A Indústria Têxtil do Vale do Ave», *Património e Indústria no Vale do Ave* coord. José Amado Mendes e Isabel Fernandes (Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002), 372-389].

determinadas, por exemplo no tempo da castanha e da melancia». Assim o indicaram os diretores em 1881.

Nesse ano, a companhia tinha três prédios, para habitações dos operários, com 51 quartos – variando as rendas entre 700 réis (com uma divisão) e 1\$600 réis por mês (com três divisões), sendo o pagamento feito semanalmente por meio de desconto no vencimento. O apoio na doença era comum, principalmente quando resultava de acidente ocorrido na fábrica. Não havia «caixa económica nem de pensões ou de socorros mútuos dentro do estabelecimento», mas dispunha de «uma creche com 18 berços para as crianças de peito», enquanto «as de mais idade» eram «vigiadas por uma mulher» e podiam «passear no jardim» em frente à creche.

##### 5. O INQUÉRITO INDUSTRIAL DE 1890, O DIRETOR FLAMIANO ANJOS, O PROBLEMA DA HABITAÇÃO DAS CLASSES OPERÁRIAS E A VILA FLAMIANO

Os resultados do *Inquérito Industrial de 1890* permitem confirmar que o número de operários excedia os 500 – mais do dobro dos recenseados nove anos antes. Acompanhando este crescimento, também a produção anual subiu de 150 contos de réis, em 1881, para 232,6 contos de réis em 1889. Os produtos com maior representatividade continuavam a ser os algodões crus. Por comparação veja-se que a Companhia de Tecidos Lisbonense tinha, então, 980 operários ao seu serviço e mais 208 aprendizes, realizando uma média de 80 a 90 serões por ano.

A década de 1890 mostraria o défice nas contas públicas gerado pelos progressos de Fontes Pereira de Melo. No século XIX português assistiu-se a mais uma crise financeira, com a estagnação industrial e a recessão na agricultura, o decréscimo quase generalizado das exportações, o desemprego e a inércia dos investimentos. À região de Lisboa rumou uma torrente de homens e de mulheres disponíveis para o trabalho, procurando, nas indústrias (principalmente na têxtil, a maior empregadora), nas obras públicas e nos serviços domésticos, os seus modos de subsistência.

Como vimos, o ano de 1886 foi marcado pela inesperada morte de Flamiano Anjos, diretor que por duas décadas esteve à frente da fábrica. Os corpos sociais eleitos na assembleia geral de 25 de fevereiro de 1886

(o dia anterior à morte de Flamiano) incluíam (na direção) Joaquim Moreira Marques, Carlos Alexandre Munró (sogro de Policarpo Pecquet Ferreira dos Anjos, secretário da mesa da assembleia geral) e Teodoro Ferreira Lima; eram diretores substitutos Flamiano Anjos e Alexandre Black; no conselho fiscal constava Luís Leite Pereira Jardim<sup>17</sup> (genro do falecido António Lopes Ferreira dos Anjos). Um novo ciclo começou logo a seguir, com a consolidação do legado de Flamiano a seus descendentes.

Confiança nas fontes, Flamiano Anjos era um dirigente bastante apreciado pelos operários, razão para a homenagem que um grupo – que fundou uma «filarmónica, sob o título de alunos de Verdi» – o ter visitado, num Domingo de 1875, na sua casa da Avenida. Ali lhe desfiaram o repertório da banda que incluía uma cantiga «acompanhada de coros, cuja letra era alegórica às propriedades da fábrica» e ao seu proprietário, mostrando-se «gratos pela urbanidade e bom gasalho (*sic*) com que foram acolhidos pelo sr. Anjos»<sup>18</sup>.

Igual reconhecimento perdura até à atualidade, sob a forma de uma dupla de edifícios de habitação (originalmente para os mestres e contramestres), que a companhia inaugurou em 1888 e a que deu o nome de Vila Flamiano (Figuras 4 e 5).

---

<sup>17</sup> *DI*, n.º 4317, 3.3.1886, p. 3.

<sup>18</sup> *DI*, n.º 878, 30.3.1875, p. 2.

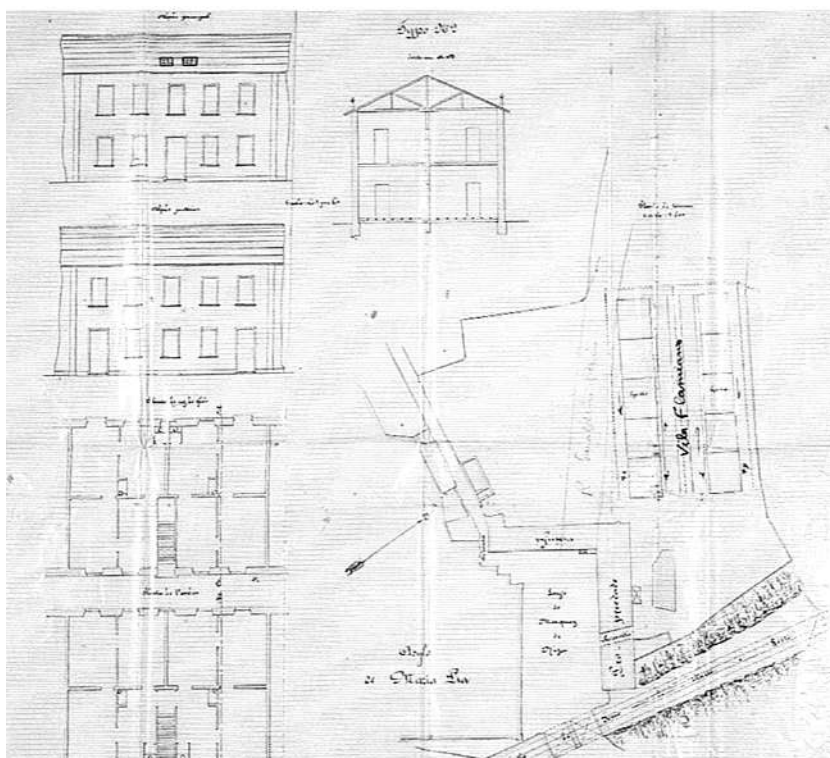


Figura 4. Projeto de construção da Vila Flamiano, ano de 1887. [CML, Arquivo de Obras, publicado em Deolinda Folgado & Jorge Custódio, Caminho do Oriente. Guia do Património Industrial, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, p. 74].

O projeto do bairro foi do engenheiro António Teixeira Júdice – à data, parceiro de Carlos Pecquet Ferreira dos Anjos, filho de Flamiano, na fábrica de Alcântara e também no grande projeto urbanizador do Monte Estoril. Os trabalhos de construção ficaram a cargo de António Machado de Faria e Maia, também construtor, anos depois, de vários prédios de Policarpo Pecquet Ferreira dos Anjos na praça dos Restauradores.

Havia que solucionar o problema do alojamento da classe operária que, nas últimas duas décadas de Oitocentos, abandonou as regiões rurais e os trabalhos agrícolas para procurar melhores condições de vida na capital. As soluções encontradas resultavam de iniciativas privadas e, sendo os empregadores industriais parte particularmente interessada,

não admira que tenha resolvido construir, junto às unidades fabris, alojamentos para os seus operários.

Como antes vimos, em 1865, mais de uma vintena de anos antes da construção da Vila Flamiano (de 1887, inaugurada em 1888), a Companhia de Xabregas já proporcionava alojamento (pago, é certo) aos seus operários.

A Vila Flamiano teve características inovadoras: (i) as duas correntezas de prédios ficaram separadas por uma faixa, arborizada, de 14 metros, permitindo acessos amplos e boas ventilação e iluminação das habitações; (ii) foi previsto saneamento básico e a execução da obra com esgotos enterrados.

Durante toda a década de 1890, o problema da habitação das classes populares motivou acesa discussão. Em 1891, o «funcionário público» cascalense Guilherme Augusto de Santa Rita, no seu opúsculo *Habitação do Operário e classes menos abastadas*, louvava os blocos de habitações até então construídos pelas fábricas têxteis da capital. Estas eram, por ordem cronológica da sua construção: a da Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense, em Alcântara, de 1873; a da Companhia de Fabrico de Algodões de Xabregas, de 1888; e a da Companhia Lisbonense de Estamparia e Tinturaria de Algodões, na quinta do Cabrinha, em Alcântara.

Adães Bermudes juntou-se às preocupações socialistas, em 1897, publicando um extenso programa, de 80 páginas, intitulado *Projeto para a organização de uma Sociedade Promotora de Habitações económicas destinadas às classes laboriosas e menos abastadas*.

Não é objetivo deste artigo analisar a problemática destas habitações<sup>19</sup>, mas não podemos deixar de evidenciar que as soluções encontradas pela fábrica da Companhia de Xabregas foram, sob vários aspetos, precursoras.

---

<sup>19</sup> Para mais detalhes sobre as acções, em Portugal e no resto da Europa, sobre esta questão em finais do século XIX, é fundamental consultar: BASTOS, Teixeira, *Habitações Operárias*, Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1898. Título integrado na colecção, dirigida por Magalhães Lima e Teixeira Bastos, *O Ideário Moderno*. Biblioteca Popular de Orientação Socialista.

## 6. CULTURA MATERIAL: A REUTILIZAÇÃO E RUÍNA. A VILA FLAMIANO E A ANTIGA FÁBRICA

Voltemos aos traços materiais. Os edifícios que compõem a Vila Flamiano estão, como seria de esperar, desvirtuados: os estores exteriores e as caixilharias em alumínio disseminaram-se durante as últimas décadas do século XX. Ainda assim, é um relevante registo da Xabregas industrial que está em pleno uso e justifica que se visite o conjunto.

A fábrica de fiação de Xabregas manteve-se na posse da sociedade anónima sua fundadora até 1936. Nesse ano foi vendida à Sociedade Têxtil do Sul que fornecia, por exemplo, os Grandes Armazéns do Chiado. A unidade industrial sofreu um novo incêndio em 1947 e, desde então, foi decaindo.

Atualmente restam umas ruínas, localizadas junto à antiga vila operária (Figura 5), para nos fazerem lembrar que só a força do homem pode impedir a degradação dos bens patrimoniais materiais.



Figura 5. Localização das ruínas da fábrica da Companhia de Fabrico de Algodões de Xabregas (1), da Vila Flamiano (2) e do convento da Madre de Deus (3), sobre fotografia aérea da década de 2010. [imagem Google Earth recolhida em 2017].

A antiga fábrica já há muito perdeu a cobertura. Mantêm-se de pé as paredes e a chaminé. O conjunto integra a *Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico*, da Câmara Municipal de Lisboa<sup>20</sup>, sob a designação «Fábrica de Fiação de Xabregas (CMP 07.59, edifício industrial no Beco dos Toucinheiros n.º 1)». Cremos que pouco há a fazer quanto à sua salvaguarda, apesar desta «distinção».

## NOTAS FINAIS

Como tem sido verificado, eram alguns dos principais entraves à industrialização do ramo dos têxteis, em particular no início da década de 1880: (i) a ausência de fontes de financiamento à indústria, obrigando a que se associassem os capitalistas para custear os investimentos e a industrialização do país; (ii) a falta de preparação dos operários, na sua maioria analfabetos e sem qualquer formação técnica para os trabalhos industriais, desta resultando reduzida produtividade; (iii) a reduzida dimensão e capacidade aquisitiva do mercado nacional e, mais tarde, o

<sup>20</sup> *Aviso n.º 8391/2015*, de 31 de julho.

retorno quase nulo das operações comerciais com as possessões de África; e (iv) a ausência de matérias-primas no país, ficando as indústrias sujeitas às variações dos mercados internacionais e das taxas alfandegárias<sup>21</sup>.

O presente caso de estudo permite confirmar a implementação de ações de cariz paternalista patronal, na indústria têxtil da segunda metade de Novecentos. São evidentes os esforços para a alfabetização e a atribuição de melhores condições de habitação, reconhecendo-se que o analfabetismo dos operários e a ausência de qualificações técnicas foram obstáculos difíceis de transpor. Não obstante, terá sido de relevante impacto nas suas vidas o ingresso dos menores no internato bem como o acesso a habitação operária salubre.

---

<sup>21</sup> Alexandra de Carvalho Antunes, *A Família Anjos. Modelo de Ascensão Social e Económica no Século XIX* (Oeiras: Mazu Press, 2019 (2.<sup>a</sup> ed.)), 326.